

tuguesa, por naturalização, a Maria da Luz dos Reis, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 10 de Março de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 252/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Helena Mendes Correia Silá, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 7 de Fevereiro de 1959, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 10 253/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Sabino Ramos dos Santos, natural de Santa Isabel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 29 de Abril de 1954, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 18 884/2006

Lista n.º 49/06

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Agosto de 2006, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, ao seguinte cidadão brasileiro:

	Data de nascimento
Álvaro Pires Esteves Neto	12-9-65

30 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 18 885/2006

Lista n.º 40/06

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Agosto de 2006, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Leila Correia Lima	8-1-72
Roberto Franco Freire	19-10-43
Roberto Domingues de Faria	24-1-73
Sara Regina Coelho Rodrigues	28-2-58
Gustavo Sauer	18-6-80
Alexandre Barbosa de Lima	1-9-74
Evando Gomes de Matos	5-7-74
Ralf Lopes de Almeida	1-4-62
Mirian Carani	10-2-62
Aparecido Anderson Monteiro	22-1-73
Juliana Severo Marques	28-1-74

Data
de nascimento

Niki Lauda Teixeira Viana	28-5-78
Paulo Sérgio Moratti	9-12-70

30 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 18 886/2006

Lista n.º 47/06

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Agosto de 2006, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
José Luiz dos Reis	25-8-53
Marceli Alacoque	21-5-65
Luis Alves Teixeira	3-11-63
Emerson Coelho da Costa	18-3-79
Rogério Grecchi	30-1-70
Aline Mara Silva	5-7-82
Guilherme Wanderley Pestana	29-4-63
Cleonice Vitoria dos Reis	28-7-60
Joatan Antonio da Silva	13-6-64
Marivaldo Dantas Ferreira	4-6-71
Bárbara Souza Nascimento Albuquerque	29-8-83
Arlete Marques da Silva	1-8-41
José André Jardim dos Santos	25-5-65
Eliana Maria de Jesus Silva	21-8-66

30 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 18 887/2006

Lista n.º 48/06

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Agosto de 2006, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Nadilson Luiz dos Santos	12-5-72
Caroline Laura da Costa Pimenta	5-12-82
Natali de Almeida dos Santos	1-1-76
Fábio Botelho Cantão	8-5-82
João de Deus Pereira Filho	13-3-62
Aldo César Munhoz	19-8-77
Luís Alfredo Rodrigues de Azevedo	2-8-84
Alfredo Drumond Azevedo	18-2-52
Lucas Martins da Costra Pinto	15-6-85
Creusa Vieira Santana	29-4-58
Elio Donizette Santana	30-3-56
Carlos Alberto Pereira	21-5-60

30 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Instituto Nacional de Administração

Despacho (extracto) n.º 18 888/2006

Por despacho de 11 de Agosto de 2006 do presidente do Instituto Nacional de Administração:

Foram Carlos António Teixeira dos Santos e Maria João Silva Diniz, técnicos de informática do grau 2, nível 1, e do grau 2, nível 2, res-

pectivamente, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, nomeados, precedendo concurso, técnicos de informática do grau 3, nível 1, do mesmo quadro.

Foi Jorge Manuel Cunha Jerónimo, técnico de informática do grau 1, nível 3, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, nomeado, precedendo concurso, técnico de informática do grau 2, nível 1, do mesmo quadro.

18 de Agosto de 2006. — A Vice-Presidente, *Ana Maria Perez*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho n.º 18 889/2006

O Decreto Regulamentar n.º 7/2005, de 10 de Agosto, criou o Alto Comissariado da Saúde, enquanto serviço de coordenação intraministerial, ao nível da articulação das políticas públicas de preparação e execução do Plano Nacional de Saúde e de programas específicos de âmbito nacional.

Ficou, de imediato, prevista a existência de coordenadores nacionais, responsáveis pelos programas considerados prioritários, tendo ficado o seu estatuto remuneratório sujeito a despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde.

Foi nomeado o coordenador nacional para as doenças oncológicas, que detém um *curriculum vitae* e um prestígio considerável na sua área de actuação.

Considerando que o mesmo se encontra aposentado, torna-se necessário estabelecer a remuneração correspondente àquele cargo, por forma a poder ser cumprido o disposto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, constante do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 179/2005, de 2 de Novembro, bem como do Decreto Regulamentar n.º 7/2005, de 10 de Agosto.

Importa, ainda, atribuir um abono a título de suplemento mensal por despesas de representação ao coordenador nacional, em virtude de se tratar de um cargo cujo desempenho e atribuições abarcam todo o território, em articulação com os órgãos máximos dos serviços e organismos do Ministério da Saúde.

Assim, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2005, de 10 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — Para efeitos remuneratórios, o cargo de coordenador nacional para as doenças oncológicas é equiparado a subdirector-geral.

2 — O coordenador nacional para as doenças oncológicas tem direito a auferir um abono a título de suplemento mensal por despesas de representação no montante correspondente a 80 % do fixado para o cargo de director-geral.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data de nomeação do coordenador nacional para as doenças oncológicas.

22 de Agosto de 2006. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 1302/2006

Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover em vigor pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, promover ao posto de segundo-tenente as seguintes subtenentes da classe de técnicos superiores navais em regime de contrato que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas e previstas no artigo 299.º, conjugado com o artigo 56.º, e as condições especiais de promoção fixadas no artigo 305.º do mencionado Estatuto, a contar de 25 de Julho de 2006, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 68.º do referido Estatuto:

9101203, STEN TSN RC Cidália Cristina Pestana Bandarra.
9101103, STEN TSN RC Ana Mafalda Pereira Bastião.

Estas militares, uma vez promovidas e tal como vão ordenadas, deverão ser colocadas na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 9100603, segundo-tenente da classe de técnicos superiores navais em regime de contrato António José Lúzio dos Santos.

5 de Setembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Portaria n.º 1303/2006

Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), posto em vigor pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, promover ao posto de segundo-tenente os seguintes subtenentes da classe de técnicos navais em regime de contrato que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas e previstas no artigo 299.º, conjugado com o artigo 56.º, e as condições especiais de promoção fixadas no artigo 305.º do mencionado Estatuto, a contar de 25 de Julho de 2006, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 68.º do referido Estatuto:

9101003, STEN TN RC Cheila Jiva Pires dos Santos.
9101303, STEN TN RC Cristiano Fernandes Parreira.

Estes militares, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 9102102, segundo-tenente da classe de técnicos navais em regime de contrato José Francisco Calado Banha.

5 de Setembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Portaria n.º 1304/2006

Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por escolha ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, os seguintes primeiros-tenentes da classe de engenheiros navais (no quadro) que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Janeiro de 2006, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, conforme previsto no n.º 3 do artigo 62.º do EMFAR, ficando na situação de supranumerário ao quadro, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 174.º do mencionado Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto:

24189, 1 TEN EN-MEC João Filipe Mota Duarte.
21989, 1 TEN EN-AEL Vasco Miguel Ramos Marques Prates.
26789, 1 TEN EN-MEC Jorge Manuel Mestre Domingos.

Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ficar colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe, respectivamente, à esquerda do 501785, capitão-tenente da classe de engenheiros navais João Manuel Fiúza Vicente, e à direita do 21289 capitão-tenente da classe de engenheiros navais Hélder João Craveiro Dias.

5 de Setembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Portaria n.º 1305/2006

Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de subtenente, os seguintes aspirantes da classe de técnicos superiores navais em regime de contrato que satisfazem as condições gerais de promoção fixadas e previstas no artigo 299.º, conjugado com o artigo 56.º e as condições especiais de promoção fixadas no artigo 305.º do mencionado Estatuto, a contar de 11 de Maio de 2006, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 68.º do referido Estatuto:

9103205, ASPOF TSN RC João Henrique Estácio Marques Correia.
9102405, ASPOF TSN RC Luís Alexandre do Carmo Cabrita Branco.
9103005, ASPOF TSN RC Daniel Fernando Gomes Neto.
9102705, ASPOF TSN RC Carlos Miguel Baleco Rebelo.
9102905, ASPOF TSN RC Mário Pedro dos Santos de Simas.
9102805, ASPOF TSN RC Eduardo José Romão Neves.